

4- Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Caixa	6.786,76	403,43
Bcos cta mov.	699.886,31	86.921,55
Aplicações financ.	9.493.271,84	60.261.828,97
Total	10.199.944,91	60.349.153,95

5 - Tributos a recuperar

Descrição	2019	2018
IRRF s/aplicç financ.	727.852,76	325.697,04
Total	727.852,76	325.697,04

6 - Investimentos

Descrição	2019	2018
Ad.p/fut.aum.cp.	131.816.173,85	121.352.950,59
Imóv. p/invest.	-	291.000,00
Total	131.816.173,85	121.643.950,59

7 - Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação	2019	2018
Imóveis	1.793.520,00	-	1.793.520,00	1.793.520,00
Prédios e galpões industriais	12.928.394,35	(4.023.728,41)	8.904.665,94	9.421.801,65
Diques	3.749.811,24	(841.749,88)	2.908.061,36	3.058.053,66
Móveis e utensílios	499.041,42	(295.445,07)	203.596,35	249.840,92
Máquinas e equipamentos	14.402.775,58	(7.798.997,38)	6.603.778,20	6.548.101,68
Equipamentos de informática	498.634,47	(365.759,47)	132.875,00	103.278,07
Veículos	1.549.054,93	(1.549.047,95)	6,98	86.426,24
Ferramentas	190.912,22	(148.491,96)	42.420,26	50.560,13
Total	35.612.144,21	(15.023.220,12)	20.588.924,09	21.311.582,35

8- Obrigações tributárias

Descrição	2019	2018
IRPJ a recolher	2.354.571,15	588.328,53
CSLL a recolher	2.971.663,04	369.987,22
IRRF a recolher	164.993,36	99.992,15
Ret. fte Lei 10833	5.189,42	30.523,25
Total	5.496.416,97	1.088.831,15

9- Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2019	2018
Sal. e ord. a pagar	670.337,27	509.515,02
INSS a recolher	402.826,46	17.150,04
FGTS a recolher	116.753,83	119.361,62
Pensão alim. a pag.	3.464,62	-
Prov.fér.e13ºsal.	2.230.535,68	2.373.572,36
Outros	4.873,19	161.683,49
Total	3.428.791,05	3.181.282,53

Paulo Érico Moraes Gueiros
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo da Silva Melo
Contador CRC-PA 6.809

10- Patrimônio líquido

Capital social.
O capital social subscrito e integralizado de R\$ 84.486.650,94 está representado por 84.486.650 ações ordinárias sem valor nominal.

11. Receita operacional líquida

Descrição	2019	2018
Vda de embarc.	67.015.191,21	97.497.273,84
Imp.incid.e dev.	(13.928.850,75)	-
Total	53.086.340,46	97.497.273,84

12. Receitas financeiras

Descrição	2019	2018
Descontos obtidos	84,42	6.984,67
Rec.de aplic.financ.	1.954.891,16	2.851.350,49
Tot.das rec.financ.	1.954.975,58	2.858.335,16

13 - Despesas financeiras

Descrição	2019	2018
Juros passivos	153,55	56.216,67
Com.e desp.banc.	47.185,94	57.481,99
Outr.desp.financeiras	186,34	369,98
Total desp.financ.	47.525,83	114.068,64

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Aos Administradores e Cooperados da Estaleiro Rio Maguari S.A. Belém (PA). **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Estaleiro Rio Maguari S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estaleiro Rio Maguari S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração." Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o referido relatório, assim como não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Nossa responsabilidade é ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma aparenta está distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a esse respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossa responsabilidade é a de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas por base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamentos sempre mantendo absoluta cautela profissional no decorrer da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das divulgações das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época e das constatações significativas de auditoria, inclusive verificando eventuais deficiências significativas existente nos controles internos durante nossos trabalhos. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, atentando sempre para as evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco da auditoria não detectar distorção relevante causada por fraude é maior do que proveniente de erro, considerando que a fraude pode resultar do ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas e utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, se existe incertezas significativas relacionadas a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvidas significativas relacionadas à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. de continuidade operacional considerando as demonstrações financeiras. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresas a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência da auditoria e comunicamos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos e importantes na auditoria, e que, dessa forma constituem os "Principais assuntos de Auditoria". Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público. Fortaleza (CE), 18 de fevereiro de 2020. **Gama & Cia. Auditores Independentes - CRC-CE Nº 227 - Manoel Delmar da Gama - Contador CRC-RS Nº 028449/O-6-T-CE-S-PA**

Protocolo 549854